

+ ECONOMIA



MARTA SFREDO

marta.sfredo@zerohora.com.br

Com Camila Silva | camila.silva@zerohora.com.br

Os sete erros do auxílio emergencial e soluções possíveis

Com o início da segunda fase do auxílio emergencial, que paga três parcelas de R\$ 600, é importante avaliar e discutir soluções para a ajuda que, algumas vezes, virou tormento. A coluna lista os erros e aponta soluções de especialistas.

1. Necessidade subestimada

O governo não tinha estimativa correta do contingente a ser socorrido.

2. Desconexão com o público

O público foi chamado de “os invisíveis”, mas a referência só é válida do ponto de vista das estatísticas oficiais. Os órgãos de governo perderam a conexão com essa população, com cortes em programas e distanciamento das unidades de atendimento.

3. Dependência digital

A criação de um aplicativo e de contas digitais mirava a eficiência e tinha a boa intenção de manter o distanciamento, mas esbarrou em problemas previsíveis: a falta de acesso material a computadores e celulares e a dificuldade do público de lidar com programas desse tipo.

4. Excesso de burocracia

A exigência de CPF regularizado criou filas em frente a unidades da Receita Federal. O

objetivo era evitar fraudes, mas não deu certo.

5. Falta de estrutura da Caixa

Quando os saques foram enfim permitidos, houve filas e aglomerações na frente das agências da Caixa. O cronograma curto de pagamento, que deveria ter sido uma virtude, virou problema por concentrar muitas pessoas em poucos dias.

6. Comunicação inadequada

O governo e a Caixa ainda não fizeram uma campanha maciça de esclarecimento, até para evitar a exposição e a frustração dos brasileiros que não têm direito a receber o auxílio.

7. Foco político

Na origem de boa parte dos erros, está a intenção de carimbar a ajuda com a marca do governo federal. Esse foi o principal motivo para não ter recorrido a prefeituras, que costumam ter cadastros mais estruturados da população à qual o benefício se destina.

As soluções possíveis

Na segunda fase do programa, especialistas veem oportunidade para correção de rumo. Para Marcelo Neri, o primeiro passo é consertar o equívoco na comunicação. Na avaliação do diretor do Centro de Políticas

Sociais da FGV, seria preciso reforçar que o objetivo é que as pessoas fiquem em casa.

– O governo, que paga com uma mão para as pessoas fazerem isolamento social, tira com a outra as convocando a vir para a rua trabalhar e a se contaminar, enfileiradas à espera de seus direitos – disse à coluna.

Aconselha o uso das informações disponíveis no Cadastro Único, que abrange 76,4 milhões de pessoas, para reestruturar o modelo de benefício. Também sugere a retomada de um projeto antigo, de usar o título de eleitor como um número universal de identificação da população.

– A prioridade, no primeiro momento, foi atender rapidamente. Agora, o importante é reavaliar o processo, para que se consiga manter a ajuda por mais tempo a quem mais precisa – completou.

Outra sugestão de Neri é estimular a ampliação do microcrédito. Ele argumenta que, além da necessária rede de proteção social, é preciso “dar um trampolim para as pessoas voltarem à altura em que estavam antes”.